

Recomendações PAS-STP

Direitos das mulheres e agroecologia

OUTUBRO 2020



1. Promoção de intercâmbios de boas práticas e construção de capacidades

As trabalhadoras rurais são detentoras de conhecimentos tradicionais e alimentares especializados que deverão ser difundidos e partilhados, valorizando as suas práticas sobre o uso e conservação da biodiversidade (sementes; conhecimentos tradicionais; produção e processamento de alimentos...).

Importa promover ações de construção e consolidação de capacidades das mulheres produtoras no que respeita as práticas agroecológicas de produção de hortícolas e outros alimentos



2. Integração de uma abordagem de género no Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável

É fundamental a integração de uma abordagem de género nas iniciativas a desenvolver no âmbito do CCAFS-CPLP, no próprio plano de estudos e eventuais ações de formação específicas para as mulheres, que valorizem também os seus conhecimentos sobre o uso e conservação da biodiversidade.

Recomenda-se a elaboração, adaptação e difusão de materiais de capacitação traduzidos para distintos grupos e contextos (cartilhas, livros, vídeos e demais materiais de apoio) sobre indicadores de género adaptados às realidades nacionais e que evidenciem o acesso e controlo das mulheres sobre os recursos naturais e seus impactos sobre a SAN

3. Empoderamento do direito das mulheres rurais

É fundamental a mobilização nacional, regional e internacional dos diferentes atores, incluindo a sociedade civil, o governo, os parlamentares, o poder local, as universidades, o setor privado. Devem ser promovidos projetos e micro-iniciativas que valorizam parcerias multi-setoriais, contemplando uma abordagem de direitos e que confirmam centralidade à igualdade e equidade de género na construção de uma agricultura familiar baseada na agroecologia, assente num modelo sustentável de desenvolvimento rural que inclua novos paradigmas para a preservação da natureza, da biodiversidade, que produza alimentos saudáveis e culturalmente adequados e que garanta melhores condições de vida.



4. Formulação e implementação de políticas públicas inclusivas

Apesar de protagonistas dos sistemas alimentares sustentáveis, as mulheres ainda se encontram sistematicamente excluídas dos espaços de governança, invisibilizadas e silenciadas de forma violenta, colocando em risco o seu direito à terra, água, sementes, crédito e demais recursos naturais e produtivos.

A ampliação de espaços de participação das mulheres na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas para a SAN é essencial, recomendando-se a sua participação no próprio conselho nacional de segurança alimentar e nutricional (CNSAN).

É fundamental a inclusão de uma abordagem de género, de forma transversal, nos programas, políticas e leis nacionais

